

## **PARECER JURÍDICO**

PROJETO DE LEI Nº 56, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025  
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AMPLA  
DIVULGAÇÃO À POPULAÇÃO, PELO PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL, DAS LEIS QUE TRATEM DA DENOMINAÇÃO  
OU ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOUROS  
PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS DE MINAS, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### **1. Relatório**

O Projeto de Lei nº 56/2025 tem como objetivo estabelecer a obrigatoriedade de o Poder Executivo Municipal promover ampla divulgação à população sempre que houver lei aprovada pela Câmara Municipal que disponha sobre denominação ou alteração de denominação de logradouros públicos.

O texto define prazos e formas de divulgação, incluindo publicações em meios oficiais e comunicações a órgãos e entidades relevantes, além de informar diretamente os moradores das vias afetadas. Prevê, ainda, a atualização das placas de identificação no prazo de 30 dias após a sanção da respectiva lei.

### **2. Objetivo do Projeto**

O presente Projeto de Lei tem como finalidade assegurar transparência e adequada comunicação à população nos casos de denominação ou alteração de denominação de logradouros públicos.

A proposição estabelece que a divulgação deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sanção da respectiva lei, por meio de publicações oficiais no site e nas redes sociais da Prefeitura, comunicação a órgãos públicos, concessionárias de serviços essenciais e aviso direto aos moradores da via afetada.

Além disso, determina que o Poder Executivo providencie, no mesmo prazo, a instalação ou atualização das placas de identificação conforme a nova denominação aprovada.

### **3. Fundamentação**

O projeto versa sobre matéria de competência legislativa municipal, nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal, combinado com o art. 171, I, “c”, da Constituição do Estado de Minas Gerais, e art. 35, XIV c/c art. 67, XX da Lei Orgânica Municipal.

O princípio da publicidade está consagrado na Lei Orgânica Municipal, conforme o art. 82:

*“Art. 82 – A administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público, transparência e participação popular, e também ao seguinte:*

*§ 1º – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”*

Esse dispositivo reforça o dever de transparência e informação à sociedade, fundamento direto do presente projeto. A ampla divulgação de leis que alterem denominações de vias garante o pleno exercício da cidadania e o acesso à informação pelos munícipes.

Portanto, matérias que tratam da publicidade são desejáveis, especialmente, quando tratam de tema tão relevante, neste caso, informar à população mudanças muito relevantes para quem passa naquela via.

Dessa forma, o projeto encontra pleno respaldo jurídico, não criando novas atribuições à administração pública nem interferindo na competência privativa do Executivo, limitando-se a reforçar o dever de publicidade dos atos administrativos.

### **3.1. Quanto aos Prazos Imputados ao Executivo**

O projeto, em seu texto original, estabelece prazo de 30 dias para que o Poder Executivo realize a divulgação e a atualização das placas de identificação, todavia, regulamenta um prazo de 60 dias para a publicação da lei.

Todavia a controvérsia é diminuta frente à justificável intenção de promover celeridade e efetividade na comunicação aos cidadãos, entretanto não é recomendável que o Poder Legislativo imponha prazos diretos à Administração para a prática de atos executivos, pois tal matéria se insere na esfera de discricionariedade administrativa do Chefe do Executivo.

Neste sentido:

Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito do Município de Catanduva – Lei nº 6.457/2023, de iniciativa parlamentar, que prevê "a instalação de fraldários em ambientes públicos e privados de circulação, permanência ou concentração de grande número de pessoas" – Alegada usurpação da competência privativa do Chefe do Executivo – Inocorrência de vício de iniciativa – Proteção à infância e maternidade – Direito sociais – Competência normativa suplementar municipal, à luz do interesse local – Inteligência do Tema nº 917 de Repercussão Geral – Jurisprudência do E. STF que vem prestigiando leis de iniciativa parlamentar garantidoras de direitos sociais – **Violação ao pacto federativo que somente se observa pontualmente – Art. 3º, ao fixar prazo de seis meses para implantação dos fraldários, igualmente viola o postulado da separação dos Poderes, ensejando o expurgo da expressão "público" – Art . 4º, que estabeleceu**

prazo de 30 dias para regulamentação da lei, que incorre no mesmo vício – Pedido do alcaide julgado parcialmente procedente. (TJ-SP - Direta de Inconstitucionalidade: 2016145-63.2024.8 .26.0000 São Paulo, Relator.: Luciana Bresciani, Data de Julgamento: 12/06/2024, Órgão Especial, Data de Publicação: 14/06/2024)

Pelo exposto, sugere-se a supressão do Art. 5º, mantendo-se apenas a determinação genérica de ampla divulgação, de forma que o Executivo estabeleça os meios e prazos adequados conforme critérios de conveniência e oportunidade administrativa.

Por fim, sugerimos emenda modificativa para que a redação do Art. 2º seja: “A divulgação prevista no artigo anterior deverá ser realizada por meio de:”

#### **4 – Tramitação e Votação**

A tramitação deve ocorrer em turno único, nos termos do art. 119 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

**Quórum:** maioria simples.

**Comissões competentes:** Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (art. 76, I e art. 123 do Regimento Interno).

#### **5 - Da Redação**

A expressão “e dá outras providências”, utilizada na ementa do projeto, é recorrente em textos legislativos, porém carece de precisão técnica.

Do ponto de vista da técnica legislativa, conforme a Lei Complementar nº 95/1998 (que dispõe sobre a elaboração, redação e consolidação das leis), recomenda-se que a ementa seja clara, concisa e indique o conteúdo exato da norma, evitando expressões genéricas que não descrevem as providências tomadas.

Assim, sugere-se substituir ou eliminar a expressão “e dá outras providências”, indicando de forma objetiva as medidas complementares tratadas pela lei.

## **6 - Do Mérito**

O mérito do projeto deve ser apreciado pelos Senhores Vereadores. Observa-se, contudo, que o texto pode ser aprimorado quanto à redação da ementa e à previsão de prazo ao Poder Executivo, sendo mais adequado que a lei apenas determine a ampla divulgação, deixando ao Executivo a definição dos meios e do tempo de execução.

## **6 – Conclusão**

Diante do exposto, OPINO pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 56/2025, recomendando apenas a adequação redacional da ementa e a revisão dos dispositivos relativos prazos fixados para o Poder Executivo, para que o texto preserve a autonomia administrativa e mantenha-se tecnicamente adequado, e assim possa tramitar.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Carmópolis de Minas, 14 de outubro de 2025.

**LUCAS ABDO REIS**  
**OAB/MG 155.438**  
**ASSESSOR JURÍDICO**